

A revolução das TIC: desafio da educação no século XXI

Maria Ivone Osório Cardoso

Ana Paula Camarinha

IPP-ISCAP (CEOS-PP)

A riqueza de um país mede-se pelo número de pessoas alfabetizadas que progridem nos estudos chegando, pelo menos até à obtenção de uma licenciatura.

Estamos numa época da *Era Digital*, já que essa palavra abarca todos os sectores (primário, secundário e terciário), bem como o quotidiano das nossas camadas jovens, dado que a comunicação entre eles tem lugar através de dispositivos móveis onde eles fazem quase tudo na sua vida, partilhando conhecimento e experiências e saber.

Não sendo o acesso ao digital um problema dos países desenvolvidos, a realidade em Moçambique, onde a maior densidade populacional se encontra nos jovens (aproximadamente 50% da população tem menos de 19 anos) é bem diferente. A dificuldade de acesso a uma sociedade tecnológica, sobretudo no interior do ainda é uma realidade no dia-a-dia, sobretudo fora das instituições de ensino.

Convém não esquecer que, com os rendimentos *per capita* baixos, os meios escassos e sendo a maior parte das Instituições de Ensino Superior privadas e portanto com valores elevados de propinas, só a classe média-alta e os filhos de quadros superiores vem realizadas as pretensões de continuidade de estudar a um nível superior pelo que se torna vital que o governo invista no:

- ensino à distância para evitar a deslocação dos seus jovens, com os inconvenientes que isso acarreta. Isto porque grande parte deles não continuam os seus estudos académicos por falta de meios pecuniários, entre outros;
- incremento de bolsas de estudo para o país, de modo a que um maior número de jovens consiga obtê-las;
- laboratórios multimédia;
- reforço da rede digital em todo o país.

Há no entanto que ter em atenção ao período difícil que o país atravessa pois encontra-se ainda numa situação de consolidação e expansão das suas políticas que nem sempre

são acompanhadas pelo incremento de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas apesar de já haver bastantes.

A título de exemplo, os alunos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) vindos para Portugal, além de se sentirem deslocados, apresentam alguma dificuldade em se familiarizar e entrar no ritmo imposto pela Era Digital com uma forte componente tecnológica, com recurso a plataformas e a redes novas e desconhecidas.

Daí que o Ensino Superior nos PALOP, mais propriamente em Moçambique, tenha desafios pela frente, um investimento por parte do governo que pode não só passar por um investimento da parte do governo, mas também fazendo apelo a parcerias e sinergias institucionais e empresariais.

Então que desafios se podem superar e vencer? E como?

E isso que pretendemos analisar.

Keywords; revolução, TIC, digital, desafios, educação, ensino à distância

A revolução das TIC: desafio da educação no século XXI

Segundo o artigo 88 da Constituição da República de Moçambique a educação constitui um direito e dever de cada cidadão. O Estado promove a extensão da educação à formação profissional contínua e a igualdade de acesso de todos os cidadãos ao gozo desse direito (CRM; 2004). Desde a Independência de Moçambique em 1975 que o Ensino Superior (ES), era estatal. Já na década de 60 se tinham criado os Estudos Gerais, mas o seu sucesso foi de muito pouca monta. Assim, com a primeira revisão da Constituição em 1990 surge a primeira Lei sobre o ES, lei nº 1/93 de 24 de Junho, que estabelecia, pela primeira vez, um regime legal em que se abria espaço à entrada de operadores privados no estabelecimento de Instituições de Ensino Superior (IES) em Moçambique que permitia a criação de IES privadas. Deste modo o governo de Moçambique alargou a base do ES permitindo a participação dessas instituições. A criação, em fevereiro de 1995, da Comissão Comiche – que tinha como missão reflectir, estudar, conceber e propor ao governo uma política coerente sobre a expansão do

ensino superior em Moçambique – “constituem as duas principais alavancas que tentavam dar uma nova dinâmica à problemática do ensino superior” (Rosário, 2013).

Actualmente Moçambique conta com 31 instituições privadas. Mas dada a complexidade gerada na gestão do ES foi necessário proceder a alterações das leis vigentes, incluindo aspectos como a regulamentação do controle de qualidade (Lei 5 / 2003 de 21 de Janeiro e a criação da Lei 27/2009 de 29 de Setembro) (cf. Salimo e Gouveia 2017), só para enumerar algumas das leis mais emblemáticas. Isto porque o Estado reconhecia as suas fragilidades para responder cabalmente às vozes reivindicatórias que marcavam já a “conflitualidade sobre a questão premente do acesso ao ensino superior”. (cf. Rosário, 2013). Além de que havia que tentar erradicar progressivamente as assimetrias regionais, a exclusão de partes de Moçambique que vinham a agravar conflitos latentes (cf. Rosário 2013).

A Universidade de Lourenço Marques (ULM), transformada mais tarde em Universidade Eduardo Mondlane (UEM) tinha como função principal “ produzir quadros que pudessem servir a Revolução Moçambicana - técnica, científica e ideologicamente preparados - (...) [naquela altura] ⁽¹⁾ a universidade não podia, de forma alguma, ter ou pretender ter o papel primeiro das universidades, a produção do pensamento, que é neste momento entendido ser o papel das universidades, nomeadamente o sentido de autonomia, a defesa do direito à liberdade de opinião e expressão”. (Rosário, 2013).

Neste contexto, o Estado devia ter a consciência de que investir na educação é investir muito alto e que os seus frutos só aparecem após algumas gerações. As pressões eram muitas, provenientes de vários quadrantes. É assim que o Estado começa a licenciar instituições de ensino superior privadas e ocorre a abertura de delegações de ensino superior público, de uma forma pouco criteriosa, violando inclusive a própria Lei 1/93. Essa legislação estabelecia critérios claros para, numa primeira fase, autorizar a criação e, numa segunda etapa, permitir a entrada em funcionamento das IES. Está nesse contexto a pouca fiscalização sobre instalações, equipamento, bibliotecas, número mínimo de docentes a tempo integral e respectivos graus, bem como laboratórios e espaços multimédia.

Apesar disso, o ES teve um crescimento exponencial de IES (de 9 para 44) e a sua população, em 10 anos (2001 – 2011) passou de 2400 alunos para mais de 120.000 alunos. (Cf. Rosario 2013).

Este crescimento numérico coloca desafios à qualidade do ensino e ao funcionamento das instituições de ensino dos diferentes níveis (MCTESTP, 2012). No entanto há variáveis que permitem melhorar ou não o funcionamento de algumas instituições, e duas das variáveis serão certamente a organização interna e a cooperação internacional.

A tutela despertou, após esse período de expansão rápida, promovendo trabalhos de elaboração e sistematização de regulamentos de natureza universitária e produção de instrumentos regulamentares que permitam a avaliação das IES e a sua acreditação. Simultaneamente, a tutela adotou também posturas regulamentares que permitem a circulação de docentes e discentes interna e internacionalmente.

O Plano Estratégico do Ensino Superior (PEES) 2012-2020, incorpora os desafios constantes na Agenda 2025 bem como os do Programa Quinquenal do Governo, “defende a necessidade de se reforçar e dar maior atenção ao ensino superior, ciência e tecnologia (...) assim como a promoção da investigação pura e aplicada em interligação com o sector empresarial e a sociedade” (PEES 2012-2020 - 26).

O PEES assume o desafio da consolidação do sistema, tendo em conta as reformas iniciadas, garantindo a sua eficácia, equilíbrio e sustentabilidade, assim como um maior foco no papel da melhoria da qualidade de ensino e da investigação como motor essencial no desenvolvimento científico e tecnológico, por um lado, e do país, em geral. Entretanto, da vontade política expressa pelo Estado moçambicano no sentido de potenciar o ensino superior como uma das principais alavancas para responder às exigências de desenvolvimento do país até à sua efectiva operacionalização, ainda há um longo caminho para percorrer, pois, este subsistema de ensino tem de fazer face não só aos desafios de desenvolvimento do país como também aos seus próprios desafios de expansão e de consolidação. Constituem actualmente desafios de desenvolvimento de Moçambique (cf. Rosário 2013):

- a consolidação da paz e unidade nacional;
- a revitalização económica (principalmente através da agricultura e da indústria extractiva),
- o melhoramento da precariedade social (combate à pobreza e dotação de serviços.

Sem o uso cabal da tecnologia e das TIC, a concretização desses desafios será uma utopia.

Na sociedade actual a implementação das TIC é uma condição inevitável. Elas têm um impacto significativo em todos os processos da sociedade, onde a escola não é uma excepção.

O perfil das novas gerações está modificado e exige mudanças; as estratégias de acesso ao conhecimento mudaram. Devido à massificação das TIC vivemos numa nova fase da sociedade rica em informação e de complexidade crescente, acessível e disponível a qualquer hora e em qualquer lugar. A escola, portanto, precisa de se preparar para entender e adaptar-se a essa realidade. De igual modo os professores devem refletir sobre as suas práticas pedagógicas, ensinando o aluno a aprender por meio de acções continuadas, colaborativas, não se restringindo à sala de aula tradicional, assim como a aprender a prender, bem como os processos complementares de apoio ao ensino bem como outras extra curriculares fora do espaço aula que também devem estar à altura de acompanhar esta nova sociedade (Ramos, 2014).

A média de população jovem moçambicana em idade para ingressar numa IES (até aos 19 anos), cifra-se em 50% (por volta de 12.500.000).

O presente artigo aborda a premência de dominar as TIC, num novo século dominado pela velocidade infernal do conhecimento e informação. Só com IES dotadas das mais recentes tecnologias e *software* se poderá acompanhar o comboio da Era Digital neste mundo eminentemente globalizado. Mas como?

- se a quantidade e capacidade de IES em Moçambique é limitada?
- se grande parte da população não tem meios financeiros?
- se 2/3 das IES são privadas, e conseqüentemente caras?
- se a maior parte das IES concentram-se em zonas urbanas?

- se é muito difícil a deslocalização dos estudantes do interior?
- se há um grande abandono escolar no secundário, devido a factores económicos, desfasamento de oferta e procura regionais, desmotivação entre outros (cf. CRUP, 2014)?
- “se a oferta dos cursos, por vezes não correspondem às opções dos candidatos” (cf. Salimo e Gouveia 2017) nessa região específica?

Nem todas as IES, em Moçambique, têm uma política sistematizada de internacionalização. Como consequência disso, há IES que se limitam a viver e a gerir e o seu quotidiano. Tal situação já deixou de fazer sentido, por ser inexecutável.

No momento atual, em que surgem grandes desafios, quer na área da indústria, da mineração, dos transportes, dos serviços diversos e do comércio. No entanto as IES não têm sabido adaptar-se a esses mesmos desafios. Porém, apesar de se ter a noção clara de que é na área técnica que deve centrar-se a produção de quadros para as necessidades actuais do país, é sabido que essa situação não se limita ao caso moçambicano. A Unesco, em trabalho aprofundado de avaliação vocacional dos africanos, apresentado na Conferência de Dakar, em 2000, concluiu que os cidadãos africanos, em cerca de 60%, preferem as ciências sociais e humanas. Uma das situações que leva a esta preferência deve-se, entre outras a um parco e deficiente apetrechamento dos laboratórios existentes nas IES (cf. Correia 2003 e Macamo 2005). Por isso, importa salientar que o desfasamento entre aquilo de que o país necessita e aquilo que as IES formam e colocam no mercado deve ser equacionada como uma situação de mentalidade. Portanto, a questão do ES e das universidades em Moçambique não é meramente uma questão estrutural, é também uma questão de mentalidades.

Na era da globalização, em que os grandes centros universitários procuram fundir-se ou procuram colaborar para se transformar em centros de excelência nos seus programas, bom seria que se atraíssem centros de excelência internacionais, para uma colaboração mais profícua e sistemática.

O futuro de Moçambique não depende apenas do investimento estrangeiro, nem do recrutamento de mão-de-obra estrangeira qualificada para estar garantida a prosperidade da sua população. Mas esse objetivo só será exequível se a universidade moçambicana conseguir vencer os grandes obstáculos que se lhe coloquem ao longo desses últimos dez anos. (cf. Rosário 2013)

Então que desafios se podem superar e vencer? E como?

- Reforçar os recursos humanos em quantidade e qualidade suficientes, na sua estrutura de gestão (particularmente nas instituições privadas);
- nomear os reitores e directores não pelo poder político, já que essa medida poderá comprometer a sua democraticidade interna;
- apostar numa gestão estratégica e não de eventualidade;
- monitorizar e controlar as atividades desenvolvidas nas instituições;
- investir mais em serviços de apoio pedagógicos (bibliotecas, laboratórios e recursos tecnológicos), sociais (residências e cantinas), culturais (anfiteatros) e desportivos;
- apostar em “*future classroom lab*”, ou seja espaços de aprendizagem onde se cria experimentação do ponto de vista educativo e pedagógico, (Pedro et ali 2016: 12);
- assentar o ensino aprendizagem em três pilares fundamentais a ser pensados em conjunto: pedagogia, tecnologia e espaço;
- desenvolver a competências dos “4 cês”: pensamento crítico, comunicação, colaboração e criatividade. Mas para chegar a este estágio é necessário que as IES acompanhem estas tendências em termos de espaços físicos, mas também de mentalidades, o que se revela difícil (Pedro et ali 2016:13);
- levar os alunos moçambicanos a escolherem mais as áreas politécnicas do que as Ciências Sociais e Humanas, que são as que o país mais necessita;
- dotar as escolas de laboratórios modernos;
- apetrechar os laboratórios existentes que têm insuficiência de equipamentos, razão pela qual os alunos mais têm insucesso nas disciplinas de Matemática, Física e Ciências e abandonam os estudos (cf. Correia 2003 e Macamo 2005).

A evolução das TIC, nomeadamente da Internet, vieram introduzir novas formas de comprar e vender produtos e serviços, proporcionaram o aumento da dimensão dos mercados, maior transparência na negociação, maior facilidade de acesso das empresas ao seu mercado alvo, a presença permanente (24 horas por dia, 7 dias por semana), impuseram a redução de custos, entre outras oportunidades (Cunha, 2007).

A inexistência de barreiras regionais ou temporais na Internet, faz com que esta se constitua, cada vez mais, como um meio privilegiado para comprar e vender produtos ou serviços, dando lugar a um novo conceito, a “economia digital” (Tapscot, 1999 citado por Gameiro, 2005), uma economia baseada em informação (Gameiro, 2005) tecnologias, dispositivos e redes digitais.

Segundo Barreto (2014) constata-se que o acesso da população mundial à internet se tornou móvel devido ao uso que os Nativos Digitais deram às tecnologias e media digitais a sua disposição, e a interação em áudio e vídeo se tornou rotina e tem na tecnologia de conversação um espaço de transformação de texto em fala e fala em texto. O lugar da interação entre sujeitos sociais e educativos tem sido ampliado de modo bastante significativo com a presença dos dispositivos móveis e em rede acedidas por meio de redes internet sem fio – *Wi-Fi*.

Em Moçambique, como em outras sociedades, adolescentes e jovens comunicam e participam no mundo da web tornando-se uma necessidade pessoal, social e moral, isto é, para que o jovem exista na sua comunidade real tem que também ser visto *on-line* o maior tempo possível.

Na internet também se verifica uma crescente expansão de media de toda a natureza: as mais colaborativas, como as *Wikis*, as mais dedicadas à coparticipação como o *YouTube*, e as mais internacionais, como os *Blogues*, *Twitter*, *Tumblr* e *Facebook*. À medida que a internet expande essa infraestrutura, visa necessidades de comunicação, criando novas formas de colaboração, partilha e interação.

Em Moçambique, o número de utilizadores de internet triplicou nos últimos dois anos (2014-2016). Mais de um terço dos acessos à Internet são levados a cabo nos locais de trabalho, enquanto cerca de 30% são efectuados através de instituições de ensino, tais como escolas e universidades. O mercado é caracterizado por ter uma elevada concentração de assinantes nas áreas metropolitanas, e uma baixa densidade na periferia. Constata-se um aumento do serviço de dados móveis, mas de novo com incidência nas áreas metropolitanas (cf. Rosário, 2013).

No entanto, o custo de acesso à Internet é muito elevado. AS IES têm desde 2005, a Rede de Educação e Pesquisa de Moçambique (MoRENNet). O projeto MoRENNet é parte da Estratégia de Implementação da Política de Informática. Esta é uma rede de dados de âmbito nacional que interliga instituições académicas de ensino superior e de pesquisa, desenvolvendo atividades sem fins lucrativos. A rede destina-se a ser um meio para o intercâmbio rápido e eficaz dos dados do ensino e pesquisa entre os seus membros. Tem como filosofia principal aproveitar e fazer uso da infraestrutura de fibra já implantada no país. A rede acomoda instituições académicas públicas e privadas e centros de pesquisa, e tem como objetivos principais (Cf. Rosário 2013):

- prestar serviços de interligação e acesso à Internet às Instituições Nacionais de Ensino Superior e Pesquisa;
- interligar o Sistema Nacional de Ensino Superior e da Ciência, Tecnologia e Inovação com o mundo exterior, através de estabelecimento de parcerias institucionais com outras redes de Ensino Superior e Pesquisa na África, Europa, Ásia e América e com empresas de telecomunicações e outras do tecido empresarial internacional que queiram cooperar as IES moçambicanas;
- promover a colaboração entre as instituições nacionais de Ensino Superior Públicas e Privadas em todos os sectores (incluindo a investigação) com as mundiais através da:
 - difusão e transferência de conhecimentos;
 - criação uma plataforma de gestão de conhecimento e intercâmbio das melhores práticas;

- estabelecimento de uma plataforma comum para fornecer serviços compartilhados para as instituições de ensino superior e de pesquisa;
- fornecimento de serviços de suporte de rede;
- promoção de serviços de formação nas TIC.

No entanto, ainda um grande número de IES não tem acesso a MoRENet e as IES que já beneficiam, têm problemas de acesso (interrupção sistemáticas, lentidão na transmissão, inoperacionalidades de serviços, e problemas técnicos de perda de sinal), mas mesmo assim tem sido de grande valor para as IES para expandir as suas redes de cabo e *wireless*, pois esta Internet está a um preço acessível em relação às outras redes.

Curiosamente, na sala de aula, entre 40 a 60% dos alunos têm computadores (Notebook) e entre 90 a 100% têm telemóveis com acesso directo à internet (cf. Rosário 2013).

Se esta rede funcionasse em pleno poder-se-iam baixar softwares e aplicações para promover o ensino tecnológico, que é o desafio imposto pelas TIC no séc XXI (*Doodle; Easy scheduling; EDpuzzle; geoGebra; GO Conqr; Kahoot; Khan Academy; Padlet; Promethean ActivEngage2, Sway* entre outras)⁽³⁾. (cf. Oliveira, 2017) que iriam estimular e motivar os alunos para o ensino daquelas área problemáticas como a Matemática, a Física e as Ciências, por exemplo.

Todavia, a maior parte das IES moçambicanas depende de políticas de ajuda e de colaborações internacionais que têm permitido, colmatar graves lacunas na oferta formativa e nas atividades de pesquisa das IES. Tal situação faz com que a implementação das TIC seja feita de forma espontânea e isolada de estruturas e experiências informáticas, de meios tecnológicos, conexões Internet, *software* para a didática que muitas vezes não vão de encontro às necessidades reais e actuais ou do contexto das IES. Daí que seja premente e se revista da maior importância que as IES tenham um plano de implementação das TIC. Este plano deve ser sustentado em parcerias internacionais e empresariais e sistemático sendo parte integrante das estratégias e da programação geral das IES,. Para tal, é imprescindível que as novas

tecnologias sejam adequadamente situadas e integradas no conjunto da organização e das funções da IES: pesquisa, didáctica, modificação do pensamento vigente de todos os intervenientes internos e externos (discentes, docentes, funcionários instituições, sectores produtivos, entre outros) que devem estar conscientes das vantagens reciprocas que derivam da utilização das TIC.

Mas este problema contextual é mais complexo , porque abarca outras vertentes. Uma das quais é também o abandono escolar, uma realidade, conforme apontado pela Unesco (2005). Este flagelo mundial, por si só, inibe a participação plena na vida da comunidade por falta das competências de interpretação, organização, expressão crítica e analítica (cf. Senete, 2015-6). Ele é devido a questões de ordem vocacional, gestão de tempo, desmotivação gerada por expectativas goradas, *deficit* de formação de base, percepção de dificuldade de empregabilidade, dificuldades económicas, entrada no mercado de trabalho, entre outros (CRUP, 2014). Estas foram também causas apontadas a Portugal, mas perpassam a outros países, sendo um problema de âmbito mundial. Só combatendo todas estas variáveis se poderá vencer o desafio que as TIC nos impõem neste século XXI, sobretudo nos PALOP e em especial em Moçambique.

Notas:

(1) – meus parêntesis

(2) - meus parêntesis

(3) – Estas apps cobrem as mais diversas áreas do saber. *ED Puzzle*. Através desta aplicação é possível aprender através de lições em vídeo, que permitem ainda a colocação de questões às quais os estudantes podem responder, permitindo ao professor verificar se a aprendizagem esta a ser efectiva. *DoodleEasyScheduling*. Esta aplicação (Android e iOS) é ideal para planear actividades ou demais eventos que necessitem de calendarização e permite convidar vários participantes. *Geogebra*. Geometria interactiva. Permite criar construções geométricas, resolver problemas matemáticos guardar e partilhar resultados. *GOConcr*. Aplicação desenhada para facilitar a aprendizagem colaborativa e visual com recursos como mapas mentais, *flashcards*, *quizzes*, *slides* e notas, permitindo conectar professores e alunos e, além disso, organizar os recursos por disciplinas ou por tópicos. *Kahoot*. Para ser jogado em grupo, sobretudo baseado em jogos de perguntas e respostas de escolha múltipla que aparecem num ecrã partilhado; às quais cada aluno responde no seu próprio dispositivo. *Khan Academy*. A Khan disponibiliza várias aplicações com os mais diversos recursos, com vídeos, exercícios interactivos e outros sobre diversas matérias como Matemática, Ciências, Economia, Humanidades. *Padlet*. É um quadro que possibilita a criação de projectos em modo colaborativo e muito flexível, com a inclusão de textos, vídeos, imagens e outros documentos. A usar, tanto por professores como por alunos. *PrometheanActivEngage2*. Solução para ajudar a aumentar o empenho dos estudantes, facilitar a aprendizagem colaborativa e personalizada e melhorar os resultados. Combina avaliação e ensino, permite comentar em tempo real e registar o progresso individual de cada aluno. *Sway*. A aplicação da Microsoft de narração digital de histórias através de textos e imagens produzidos pelos alunos e que depois podem ser partilhados. Estas são apenas algumas das aplicações que se podem utilizar dentro e fora da sala de aula.

Bibliografia

Barreto V. (2014) Para Educadores, S. Paulo, Arte e Ciência Editores.

Castro, A. 2010. Disponível em <http://scholar.googleusercontent.com/> Acesso em 12 de Fevereiro de 2012.

Correia (2003) Trabalhando com Jogos Cooperativos, S. Paulo, Papirus Editora.

CRUP (2014) Acesso ao Ensino Superior em www.crup.pt/legislação, Acesso em 09 de Outubro de 2017.

Cunha M. (2007) Pedagogia Universitária e produção do Conhecimento, S. Paulo Papirus Editora.

Duque, J. (2012) Representações e Expectativas dos Estudantes Universitários dos PALOP. VII Congresso Português de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Gameiro A. (2005). Programa de enriquecimento escolar, em www.cmaia.pt, acedido em 9 de Outubro de 2017.

Governo de Moçambique (1998). Relatório sobre a Expansão do Ensino Superior em Moçambique.

Governo de Moçambique (2001) Relatório Nacional de Moçambique sobre Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. Direção de Planificação.

Macamo E. (2005.) O Insucesso Escolar em Moçambique, Universidade Aberta, Departamento de Educação e Ensino à Distância, Lisboa 2015.

Oliveira Isolina (2017) Iniciação à Matemática no Jardim-de-infância. Lisboa, Universidade Aberta.

Plano Estratégico para o Ensino Superior

<http://www.mctestp.gov.mz/sites/default/files/doc/EnsinoSuperior/Plano%20Estrategico%202012-2020.pdf> Acesso em 9 de Outubro de 2017

Pedro, Neuza; Pedro, A., Matos, J. F., Piedade, J., & Fonte, M. (2016). Digital Technologies & Future School. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de de

Lisboa. http://ticeduca2016.ie.ulisboa.pt/?page_id=1369. Acedido em 9 de Outubro de 2017

Revista Professor nº 14 – 2017 -2018

Ramos M. (2014). *Pedagogia das Competências*. S. Paulo Cortez Editora

Rosário, L. (2013) *Revista Ensino Superior* nº 10 (julho-setembro)27/09/13

Universidades moçambicanas e o futuro de Moçambique.

Rodrigues M. (2007) *A Gestão Académica como determinante da Qualidade de Ensino*. Universidade do Zambeze: Moçambique.

Salimo G. e Gouveia L. (2017) *Dados preliminares sobre o nível de utilização e importâncias das TIC no ensino superior em Moçambique para o grupo alunos*. Dias da Investigação na UFP. 11 a 14 de Julho. Universidade Fernando Pessoa.

Senete, D. (2015) *Causas do abandono Escolar Universitário. Estudo de caso: Faculdade de Engenharia da Universidade Católica de Moçambique Chimoio, 2008-2012*.

Taímo, J. (2010) *Ensino Superior em Moçambique: História, Política e Gestão* (tese de doutoramento em Educação, apresentada à UNIMEP- Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, Brasil)

UNESCO (2005). *Declaração da Conferência Mundial de Ensino Superior no século XXI: Visão e Ação*. Disponível em Acesso em 07 de Fevereiro de 2012.

_____. *Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social*. Disponível em Acesso em 07 de Fevereiro de 2012.